

O ENSINO DE MATEMÁTICA E A EDUCAÇÃO FEMININA: ARITMÉTICA E GEOMETRIA NO CURSO PRIMÁRIO DA BAHIA IMPÉRIO-REPÚBLICA (1827-1939)

Rosemeire dos Santos Amaral¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Irani Parolin Santana²

Universidade Anhanguera de São Paulo

Claudinei Camargo Sant'Ana³

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

RESUMO

Apresentamos aqui uma investigação à respeito da Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos - o ensino de Aritmética e de Geometria - e a participação da mulher no Curso Primário na Bahia Império-República (1827-1939). Para tanto, nos valem da análise de documentos, acervos históricos e culturais, registros públicos e particulares correlacionados às Constituições Brasileira e Baiana, à Educação de/para mulheres, ao magistério feminino, à inserção/participação da mulher no âmbito social, que são constructos para uma História da Educação, relações de gênero e o ensino de Matemática, focos deste trabalho.

Palavras-chave: ensino de matemática, educação feminina, Bahia Império-República.

ABSTRACT

We present here an investigation concerning to the constitution of Elementary Math Knowledge - the teaching of Arithmetic and Geometry - and participation of women at Primary School in state of Bahia by the time of Empire-Republic (1827-1939). To do so, we followed the analysis of documents, historical and cultural collections, public and private records correlated to Brazilian and Bahiana's Constitution, education

¹ geem.uesb@gmail.com

² irani@ccsantana.com

³ claudinei@ccsantana.com

from and for women, inclusion / participation of women in social sphere, are constructs for History of Education, gender relations and teaching of Mathematics, focus of this paper.

Keywords: teaching of mathematics; women's education; Bahia Empire-Republic.

INTRODUÇÃO

O ensino de Matemática, particularmente a Constituição dos Saberes Elementares no Curso Primário da Bahia Império-República, com foco em Aritmética e Geometria tem sido pauta acadêmica no Grupo de Estudo em Educação Matemática (GEEM) junto à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)⁴.

O GEEM, criado em 2004, compõe-se de graduandos e pós-graduandos (mestrandos e especialistas) em Matemática, Educação e Educação Matemática, História e Pedagogia, bem como professores da Educação Básica da Rede Pública, em sistema de parceria. O trabalho desenvolvido pelo grupo comporta eixos temáticos como História da Educação, Prática de Ensino e Formação de Professores em Educação Matemática, Tecnologias para o Ensino de Matemática e outros.

A “Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970”, é um projeto de pesquisa de cunho nacional, coordenado pelo Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil (GHEMAT).

No entanto, a discussão e reflexão à respeito da questão do gênero, representa um número ainda pequeno no âmbito da produção científica e fazê-lo, pressupõe uma análise da sexualidade e suas implicações na sociedade e respectivos papéis sociais desempenhados pelas variáveis entre o masculino e feminino. SOUZA e FONSECA (2010) destacam um percurso do qual nos aproximamos com a presente proposta:

A adoção do conceito de gênero como categoria de análise no campo da Educação passa, então, a problematizar desde a feminização do magistério às complexas e sutis engenharias escolares que legitimam determinados modos de viver a sexualidade, estabelecem hierarquias entre os sexos, naturalizam as práticas e os processos pedagógicos como masculinos e femininos e instituem desigualdades de gênero (SOUZA e FONSECA, 2010, p.24).

⁴ Os autores agradecem ao CNPq, CAPES e UESB pelo suporte financeiro na realização da pesquisa e aos integrantes do GEEM (Grupo de Pesquisa em Educação Matemática da UESB), pelas sugestões no desenvolvimento da pesquisa, bem como correções nas versões do texto.

Assim, a transição e desenvolvimento da criança à condição de mulher na História brasileira, é retratada pelas relações de poder estabelecidas entre os gêneros masculinos e femininos, configurações e mudanças na(s) estrutura(s) societária(s), tramitações políticas e econômicas – as Constituições e o mercado de trabalho alicerçado pelo desenvolvimentismo e industrialização, por exemplo – e a luta pela emancipação, participação, igualdade e status social.

EDUCAÇÃO FEMININA

A História da Bahia, intrinsecamente ligada à História do Brasil, vem compondo-se de aspectos políticos e sociais pautados nas Constituições promulgadas e institucionalizadas nos moldes da metrópole portuguesa desde os períodos monárquico, imperial e republicano, nos quais a Educação Feminina fora justificada muitas vezes, pela demanda econômica e, principalmente, religiosa, onde a participação da mulher é secundarizada, quando não, proibida, como relaciona ALMEIDA (2006):

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a mentalidade vigente, herdeira legítima do colonialismo, dava pouco valor à instrução feminina, concentrando sua atenção nas normas sociais que impediam mulheres de ocupar espaços sociais e até mesmo saírem desacompanhadas. Essa imagética estendeu-se ao longo do Império e mesmo durante os anos republicanos (ALMEIDA, 2006, p. 70).

Em comum a esses aspectos, o estabelecimento de padrão de comportamento, as ações da interiorização das terras brasileiras, as relações e estruturas sociais, são espelhadas nos mais diversos âmbitos de uma população em formação onde, não muito diferentemente de outras localidades, a Bahia, importa parte das características do pensamento português, incluindo nessas similitudes a questão de gênero e educação, como CAVAZOTTI (2003) refere-se ao registrar que

... a propagação da instrução feminina, posto que até então somente as moças de famílias abastadas recebiam alguma instrução – via de regra de caráter privado, seja com os próprios pais, com mestres domiciliares ou até nos colégios particulares, que há mais de meio século se implantaram sobretudo como indústria lucrativa. As demais jovens tinham como única alternativa de instrução gratuita, os

recolhimentos anexos aos antigos conventos ou orfanatos, muito despreparados para bem instruir (CAVAZOTTI, 2003, p.143).

A Educação, estabelecendo-se como iniciativa privada no Estado da Bahia, era de responsabilidade das famílias, e só as mais abastadas economicamente tinham privilégio de oferecer às filhas uma contratação de professores para aulas particulares em suas residências – digamos fazendas – visto que a classe social propulsora era latifundiária. Assim, concentrava-se nas aulas de ensino elementar, acrescidas de um pouco de gramática e aritmética, dando-se preferência para as prendas domésticas, que visavam preparar as meninas para o casamento, que costumava acontecer muito cedo (ALMEIDA, 2006, p.70).

Visando então, a continuidade de uma sociedade onde o conservadorismo organizacional, baseado no patriarcalismo, na predileção paternal pelo “filho homem” (herdeiro preferencial dos negócios da família), nas perspectivas de futuro, na representação social do lar e do núcleo familiar, a Educação prescrevia distinções quanto aos atributos destinados à instrução de meninas e meninos, como destaca LOURO (2008):

Seria uma simplificação grosseira compreender a educação das meninas e dos meninos como processos únicos, de algum modo universais e dentro daquela sociedade. Evidentemente as divisões de classe, etnia e raça tinham um papel importante na determinação das formas de educação utilizadas para transformar as crianças em mulheres e homens. A essas divisões se acrescentariam ainda as divisões religiosas, que também implicariam diversidades nas proposições educacionais (LOURO, 2008, p. 444).

As divisões, então visíveis no campo educacional, proporcionariam a organização de um futuro moldado pela distinção, exclusão e negação como ações inferidas no espaço do imaginário social legado ao gênero feminino, deferidas juridicamente nas Constituições Brasileira e Baiana.

1827: O PONTO DE PARTIDA PARA A ANÁLISE DO ENSINO DE MATEMÁTICA E A QUESTÃO DO GÊNERO

Mediante a apresentação de um trajeto marcado por momentos ímpares em sua História, a investigação acerca da História da Educação baiana, em especial à Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos e a participação social da mulher, remete-nos ao decreto imperial de 15 de outubro de 1827, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm que foi a primeira lei de instrução elementar no Brasil, durante o Império e única até 1946 (ZOTTI, 2004, p. 39) e, estabelece no Art. 4º que “As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se” (BRASIL, 1827), com uma instrução dos alunos pelos próprios alunos ou monitores - daí advém a denominação de ensino monitorial - , sob a direção de um só professor (VEIGA, 2006, p. 20)

A partir dessa Constituição (1827), a questão do gênero se destaca. O ensino apresenta diferenciações quanto à Aritmética, Geometria e Desenho, junto às concepções religiosas, enfatizando, sobretudo, a História do Brasil para os meninos, aprimorando e incentivando os princípios éticos e morais, visto que, os mesmos seriam os supostos descendentes e propulsores da sociedade brasileira:

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRASIL, 1827).

Os artigos 12 e 13 da Lei, determinam, dentre os critérios para uma possível aprovação da mulher à função de magistério estavam entre a nacionalidade, honestidade e desempenho nos exames com igualdade de direitos acerca dos vencimentos em relação ao homem, no entanto, com a redução dos pontos de Aritmética e geometria ao sexo feminino:

Art. 12. As Mestras, ..., com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.

Art. 7º Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e

estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação.

Art. 13. As Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres (BRASIL, 1827).

Apesar das determinações da lei de 1827 acerca das escolas para meninas, os 50% representados pelas mulheres eram em grande parte marginalizados do processo educativo escolar, sendo conhecida a ignorância das mulheres brasileiras durante o período do Império (PAIVA, 2003, p. 73), o que comprometia o processo de formação profissional das que se interessassem pela atividade educativa. Quanto à Matemática, assim como, ainda nos dias atuais, é entendida como uma linguagem que dá acesso ao poder, à tecnologia e às oportunidades de trabalho, um dispositivo particular do homem. Estatísticas mostram uma distribuição desigual entre homens e mulheres com respeito a estudos e empregos que envolvem muita matemática (SKOVSMOSE, 2008, p. 118).

Em 1837, havia orientação para que as professoras ensinassem para as meninas o mesmo programa de aulas sugerido para os meninos, “suavizando” parte dos estudos com a eliminação das noções de geometria e as noções de aritmética nas quatro operações (SCOCUGLIA; MACHADO, 2006, p. 45), como projetado anteriormente, prolongando por mais de uma década (1827-1837) a discrepância e ideais educacionais excludentes.

As indagações sobre essa disparidade em quantidade e distinção das escolas em relação ao gênero e, considerando esse aspecto preliminar, em 1890, é possível registrar a ocorrência de uma “ESCOLA (PRIMÁRIA ELEMENTAR) MISTA, regida por professora, em todo o povoado em que se verifique a frequência, pelo menos de quinze crianças de cada sexo”. E ainda “Quando n’esses logares⁵ a frequência exceder a trinta meninos de cada sexo, fundar-se-hão duas escolas, uma [ESCOLA PRIMÁRIA ELEMENTAR] para o sexo masculino, outra para o sexo feminino” (SANTANA et. al, 2011, p. 105), deixando especificado o caráter separatista da escola brasileira.

De acordo com os Decretos do Governo Provisório do Brasil, publicado em 1891, havia equidade na seleção/concorrência em vagas para professores e

⁵ A partir desta página, a grafia das palavras em *todo o corpo do texto* foi mantida de acordo com a escrita original dos documentos, não acarretando prejuízos de cunho interpretativo ao leitor.

professoras, não se limitava à questões de gênero e contava-se com a possibilidade de aperfeiçoamento da prática pedagógica em outros países no intervalo de dois anos:

Art. 22. De dous em dous anos, o conselho diretor designará, com aprovação do Governo, dous professores, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, que vão a paizes estrangeiros examinar miudamente os progressos do ensino primário e aperfeiçoar suas habilitações profissionais (BRASIL, 1891, p. 3479).

Este Decreto (1891), representaria uma sequência para as determinações da Lei de 1827, que considerava uma secundária importância reservada à educação feminina quando autoriza a criação de escolas para meninas “em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento” (Art. 11) ou à redução do currículo matemático, excluindo a geometria, às quatro operações, atribuindo-lhes à economia doméstica, ao passo que os conteúdos de cálculo em sua magnitude deveriam ser “proporcionados à compreensão dos meninos”. Era a oficialização do caráter educativo para cada gênero, uma determinação que passava a depender do julgamento dos organizadores da Educação, os então, Presidentes em Conselho.

No que se referente à Escola Elementar – que era dividida em 1ª e 2ª classes, em seu bojo, apresentava um programa de ensino para Arithmetica e Geometria, de acordo o Quadro 1:

PROGRAMA PARA A ESCOLA ELEMENTAR		
	1ª CLASSE	2ª CLASSE
ARITHMÉTICA	Contar, primeiramente pelos processos espontâneos, empregando os dedos, riscas, pedrinhas (calculos), grãos, contas, etc., e depois os rosários, o contador mecânico, o crivo numeral e o abacus, usada entretanto a terminologia própria da nomenclatura systematica. Conhecimento pratico das unidades fraccionarias: metade, terça parte, quarta parte, etc., e comparação dessas unidades entre si. Escrever os algarismos. Exercícios práticos de somar, diminuir e multiplicar os números simples. Exercício mental de problemas fáceis. Conhecimento pratico de metro, e sua divisão em décimos e centésimos. Ler e escrever qualquer numero de três algarismos.	Ler e escrever números compostos até seis algarismos, empregando os processos primitivos e o systematico. Idéa clara de unidade, dezena e centena de milhar. Valor das maiúsculas usadas como algarismos romanos. Exercícios das quatro operações, sempre sob o ponto de vista concreto. Calculo mental. Termos da fracção e sua significação. Ler e escrever fracções decimais até cinco algarismos. Conhecimento pratico das moedas nacionais. Medidas métricas.

GEOMETRIA	Conhecimento da esfera, do hemisfério e do círculo; do cone; da pyramide triangular e do triangulo; da pyramide quadrangular, do quadrilátero e de suas variedades; do cylindro; do prisma; do parallelipedo, do cubo. Comparação do cone com o cylindro e exprimir a sua diferença. Das linhas rectas, quebradas, curvas, mixtas e seu traçado. Conhecimento das três posições de uma recta em relação a outra, o seu traçado. Linhas paralelas, coavergentes, perpendiculares, vértices e horizontaes. Conhecimento do ângulo e de suas espécies.	Linhas e espaço do círculo. Diferença entre círculo e circumferencia. Revisão dos ângulos. Nomenclatura das figuras planas polygonaes pelo numero de seus lados: distinguir as regulares das irregulares. Conhecimento pratico dos sólidos geométricos. Calcular a superficie de um rectangulo, de um parallelogrammo e de um triangulo rectilineo.
-----------	---	---

Quadro 1 - Programa de arithmética e geometria para a escola elementar.

Fonte: BRASIL. Decretos do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Décimo primeiro fascículo, de 1 a 30 de novembro de 1890, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1891, p. 3499-3501.

Divulgava-se a ideia de que o cérebro masculino deve ser destinado para as ciências e que, a figura feminina muito tem que aprender, mas essencialmente as prendas do lar, mas como divulgado na Revista do Ensino Primário, Nº 4, página 71, publicada em 1893, “não basta que a mulher seja instruída ... na escola pública, já que na família d’isso se descuida, deve a menina receber de sua professora as lições que a tornem mais tarde a esposa estremecida, a mãe carinhosa”⁶, aliando as funções do ensino ao crivo da educação doméstica e familiar.

Assim, a família inicia um processo de transferência da responsabilidade pela educação dos filhos que, progressivamente é designada para a escola pública, onde as instituições escolares passaram a se dividir, ocorrendo o atendimento e acesso de crianças do sexo feminino. No entanto, essa educação, que a princípio foi negada sob o pretexto de que muito conhecimento e sabedoria seriam inúteis, como prejudiciais à frágil constituição física e intelectual feminina (ALMEIDA, 2006), começa, então, a ser elaborada impondo limites concretos no espaço escolar, determinados, muitas vezes pela construção de paredes e divisórias ou determinação de horários diferenciados para não haver contato entre alunos que não fossem do mesmo sexo, quando o magistério, era exercido por homens, os professores.

⁶ Escrita original da Revista.

Porém, iniciativas ligadas ao setor econômico – vetor histórico das grandes e pequenas revoluções sociais – lançaram ao gênero masculino outras possibilidades, fazendo-o se afastar das instituições educacionais e inserindo gradativamente a figura feminina em tais atividades, o que, muitas vezes, representou aspectos de emancipação. O processo de modernização constatado no cenário nacional com o desenvolvimento da sociedade urbano industrial foi importante para a redefinição de papéis e relações sociais de homens e mulheres, sobretudo das mulheres com a reconstituição de novos papéis para elas (SILVA, 2012). “Embora as leis de reforma do ensino primário façam referências a diversos tipos de escolas primárias, foi a escola elementar a que predominou na Primeira República”, 1889 – 1930 (SANTANA et. al, 2011, p. 101).

Todavia, é visível a discrepância tanto no processo de instrução formalizada e saberes, inserção na atividade de sala de aula ou ordens e pagamentos de professores, quanto à participação e realização/propostas de exercícios/conteúdos diferenciados de acordo com o sexo. Por isso, haviam “professores para as classes de meninos e professoras para as de meninas... As tarefas desses mestres e mestras não eram, contudo, exatamente as mesmas” (LOURO, 2008, p. 444), o que leva a crer que, ao final, a valorização monetária e intelectual desses profissionais também se desse de maneira divergente.

Havia uma “preocupação” quanto à apresentação/comportamento/disciplina das mulheres em seus lares e setores sociais, “ligadas às atividades da Igreja que, com suas missas, novenas e procissões”, fruto do sistema de enclausuramento doméstico, submissão ao marido, preservação/impedimento da exposição de imagem, impossibilidade de intervenção política por qual passavam, onde a “educação para o lar” era o centro das atenções para a formação educacional feminina, implicando resultados na organização/implantação de escolas para meninas, como expõe SCHUELER (1999):

A formação da mulher visando a vida doméstica, em detrimento da vida pública, reservada aos homens, era o ideal da instrução primária feminina. Preocupações com a educação secundária, mormente objetivando criar a carreira do magistério feminino, surgiriam com maior frequência a partir de 1870. De fato, antes desta época, o número de escolas públicas de meninas permaneceu muito inferior ao número das de meninos (SCHUELER, 1999, p. 69).

Contraditoriamente, de acordo com concepções contemporâneas, a sociedade republicana brasileira reservou uma responsabilidade incalculável à mulher que deveria lançar mão dos próprios desejos, anseios e particularidades. Cabia-lhe educar a geração futura, uma tarefa de caráter inabalável.

Por intermédio da Educação é que se constrói uma sociedade mais desenvolvida/civilizada e o Ensino Primário é a base da escolarização da criança, não parecendo ser essa uma percepção/anseio dos “tempos modernos”, período do avanço tecnológico, impulsionado pelo projeto civilizador, capitalista, nacionalista, industrial e globalizado. A transição Império-República no Brasil é também um paradoxo do nativo-civilizado. Os primeiros tempos da República (1889-1930) apresentam perspectivas quanto aos novos modelos de governabilidade e participação/ascensão social. ROCHA (2012) reflete sobre as condições da população baiana neste período:

O discurso do novo regime republicano, constantemente, salientava a importância de regenerar a sociedade pela instrução. O ensino primário não passava despercebido aos legisladores republicanos, que acreditavam no poder de legislar para modificar a realidade educacional baiana, que apresentava graves problemas, dentre eles oferecer escola à população, o que constituía um empecilho para construir uma nação civilizada com a presença funesta do analfabetismo (ROCHA, 2012, p. 247).

Este é pois, o espaço temporal com evidências para uma análise da Educação Feminina, visto que no campo da Educação Matemática, especialmente no Brasil, ainda são poucos os trabalhos acadêmicos que abordam relações de gênero, seja como objeto de estudo, seja como categoria de análise (SOUZA e FONSECA, 2010).

A nova configuração social, a hipótese concretizada aos poucos, a efetivação da mulher como mestre/formadora social, externava algumas considerações, disposições sobre uma dual condição feminina: a emancipação ao cargo de magistério ou a abertura de outras frentes de trabalho para o gênero masculino, com chances de recompensa salarial. CARVALHO (2002) pontua essa ligação entre educação e mercado capitalista emergente:

Outro fator que colaborou para a entrada da mulher no magistério e, com o passar do tempo, para sua feminização, foi a implantação da economia capitalista industrial, gerando os processos de urbanização e industrialização das cidades, abrindo, assim, novas oportunidades de trabalho aos homens, com a perspectiva de melhores salários (CARVALHO, 2002, p.142).

Outra justificativa para a fácil adaptação da mulher ao magistério é o interesse para com as relações interpessoais, uma alternativa para desempenhar suas funções naturais, como Vocação, amor, doação, missão, abnegação faziam e fazem parte das características associadas ao magistério primário, marcando de forma indelével a prática docente e o cotidiano escolar de um subjetivismo impregnado da ideia de que para ser professora basta “gostar de crianças” (coisa tão “natural” à mulher), e dominar algumas habilidades técnicas adquiridas nos anos de experiência (ASSUNÇÃO, 1966, p. 85), principalmente aquela que não casara-se, uma efetivação de seus atributos, uma adoção, uma realização pessoal. CARVALHO (2002) apresenta essa relação entre atividades de magistério/maternidade:

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou filha “espiritual”, o argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la (CARVALHO, 2002, p.142).

Com uma sociedade tradicionalista, baseada nos princípios paternalistas e, tanto quanto machistas, o gênero masculino, precursor da cadeira de magistério em todo o país, encontra nessa nova visão, um argumento e justificativa para seu afastamento das atividades escolares, enquanto docente, devido às opções externas e ocupações mais diversificadas, mais atraentes financeiramente e socialmente, enquanto que as mulheres ansiosas para ampliar seu universo, restrito ao lar e à igreja, encontravam-se diante de uma oportunidade inegável.

A partir de então passam a ser associadas ao magistério características tidas como “tipicamente femininas”: paciência, minuciosidade, afetividade, doação (CARVALHO, 2002, p. 142), padrões do quais os homens estavam desprovidos “naturalmente” e, em 1895, determinava a Lei Estadual de Nº 117 de 24 de agosto (Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122520>), no Artº 14, que a preferência pelas “professoras” para o ensino elementar na Bahia, pois “As

escolas elementares poderão ser mixtas ou não, conforme as circunstancias locais; no primeiro caso serão *sempre* regidas por senhoras, e no segundo serão estas preferidas” (BAHIA, 1895, p. 249).

GOUVEA e SCHUELER (2012) destacam a tendência da ocupação das cadeiras de magistério pelas mulheres e sua intensificação ao ponto de crescente relevância devido ao:

acentuado processo de feminilização do magistério, acarretando um quadro em que, em 1933, as mulheres já constituíam a maioria absoluta do professorado (48.517 professoras no ensino primário e 9.182 professores) o número mais elevado de mulheres concluindo o ensino primário talvez se relacione com o ingresso na carreira do magistério, função que demandava, ao menos nos grandes centros urbanos, o diploma do curso primário (GOUVEA e SCHUELER, 2012, p.343).

Não obstante, o elevado quantitativo em relação ao número de mulheres ao magistério, a educação feminina no século XIX continuou sendo precária e rudimentar. A lei federal aprovada em 1827, embora prescrevesse o estabelecimento de escolas primárias gratuitas para meninas, não havia professoras qualificadas para compor o corpo docente (BESSE, 1999, p. 125). Todavia, verifica-se que a lei não fora posta em prática em sua totalidade, pois os 50% representados pelas mulheres eram em grande parte marginalizados do processo educativo escolar, sendo conhecida a ignorância das mulheres brasileiras durante o período do Império (PAIVA, 2003, p.73).

A Constituição baiana, Lei de N. 579 de 3 de outubro de 1904, altera a lei n. 117 de 21 de agosto de 1895 e organiza o ensino público do Estado, determinando:

Art. 1. É mantida aos municípios a competência de que trata o art. 6º d a lei de n. 117, de 24 de agosto de 1895, reservada ao Estado a que a Constituição lhe garante.

Art. 2º Fica redigido nos seguintes termos o art. 11 da lei n. 117, e revogado o seu art. 13.

Cumpra ao Estado criar e manter escola elementar para cada sexo em todas as cidades, exceptuada a Capital, em todas as villas, e, a critério do Governo, nos povoados mais importantes, sem prejuízo das que os municípios queiram ou devam criar e manter. (BAHIA, 1904, p. 51).

Assim, a Constituição da Bahia de 1904, publicada em 1906, oportuniza uma abertura para uma educação feminina. Porém, deixa a critério do Governo o

juízo à respeito da importância e necessidade da criação de prédios escolares de acordo com a representação social de cada lugar.

Em 1906, há a definição constitucional do horário de funcionamento e de atividades pedagógicas para as escolas elementares (das 9hs à 14hs), de segunda-feira à sábado. Como observado no quadro de horários das atividades escolares, as cadeiras eram constituídas de Escripta, Calculo, Systema métrico, Linguagem Matemática, Geografia, História, Leitura, Desenho, Noções de ciencias. As últimas aulas (períodos), estavam reservadas à divisão quanto ao gênero, aulas diferenciadas. Para meninas, Gymnastica e Prendas, para meninos, Gymnastica e aplicações de Arithmetica, de acordo a Imagem 1:

HORARIO PARA AS ESCOLAS ELEMENTARES											
DIAS	Das 9 hs. às 9 e 15	Das 9 e 15 às 9 e 50	Das 9 e 50 às 10 e 20	Das 10 e 20 às 10 e 30	Das 10 e 30 às 11 hs.	Das 11 hs. às 11 e 25	Das 11 e 25 às 12 hs.	Das 12 hs. às 12 e 20	Das 12 e 20 às 12 e 45	Das 12 e 45 à 1 e 10	De 1 e 45 às 2 hs.
Segund.	Escripta	Calculo			Ling. mat.	Geogr.	Leitura		Desenho	Noç. de sc.	Prendas
Terça	Escripta	Syst. met.			Ling. mat.	Historia	Leitura		Desenho	Noç. de sc.	Prendas
Quarta	Escripta	Calculo	Descanço		Ling. mat.	Geogr.	Leitura	Descanço	Desenho	Noç. de sc.	Gymnastica
Quinta	Escripta	Syst. met.		Ling. mat.	Historia	Leitura	Desenho		Noç. de sc.	Prendas	
Sexta	Escripta	Calculo		Ling. mat.	Geogr.	Leitura	Desenho		Noç. de sc.	Prendas	
Sabb.	Escripta	Syst. met.		Ling. mat.	Historia	Leitura	Desenho		Noç. de sc.	Gymnastica	

Nas escolas do sexo masculino a hora destinada ás prendas será preenchida com exercicios de gymnastica e applicões de arithmetica.

Imagem 1: Horário para as Escolas Elementares

Fonte: BAHIA. Leis e resoluções do estado da Bahia no ano de 1904 e decretos do poder executivo do mesmo ano, Bahia, Officinas do Diário da Bahia, praça Castro Alves, 1906, p. 183

Entre 1910 e 1913, de acordo com o relatório e estatística apresentados pela Falla do governador J.J. Seabra em 19147, o número de escolas elementares é representado pela predominância masculina em todos os níveis ou classes, como verificado na Imagem 2:

⁷ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104676>

Ensino Primario						
ESTATÍSTICA DAS ESCOLAS						
Interior do Estado						
ANNO	ESCOLAS ESTADUAES	Nº.	CLASSES			
	ELEMENTARES		2ª.	3ª.	4ª.	—
1910	Do sexo masculino.....	187	62	97	28	187
	Do sexo feminino.....	180	62	95	23	180
	Mixtas.....	207	0	26	181	207
	Total.....	574	124	218	232	574
1911	Do sexo masculino.....	187	62	97	28	187
	Do sexo feminino.....	180	62	95	23	180
	Mixtas.....	207	0	26	181	207
	Total.....	574	124	218	232	574
1912	Do sexo masculino.....	187	62	97	28	187
	Do sexo feminino.....	180	62	95	23	180
	Mixtas.....	207	0	26	181	207
	Total.....	574	124	218	232	574
1913	Do sexo masculino.....	185	62	97	26	185
	Do sexo feminino.....	180	62	95	23	180
	Mixtas.....	209	0	26	183	209
	Total.....	574	124	218	232	574

Imagem 2: Estatística das escolas de ensino primário no interior da Bahia, 1910-1913.

Fonte: BAHIA. Falla, mensagem e relatórios. Seabra, J.J.

Esses dados permitem observar que, mesmo a partir do momento em que o Estado se responsabiliza pela organização e funcionamento da Escola Primária, entre os anos 1910 e 1913, o investimento em criação de instituições escolares se mantém estática ou quase nula, de acordo com os números apresentados pelo relatório do governo, gerando subtotais idênticos de ano a ano.

Em novembro de 1918, a Lei de Nº 1293, referindo-se à Reforma do Ensino Público da Bahia, no artigo 27º, “As escolas infantis serão mixtas e promiscuas; as elementares poderão ser mixtas com separação de logares ou especiaes a cada sexo; as complementares exclusivamente do sexo masculino ou do feminino”⁸

A tabela a seguir, retrata o Ensino Primário no Brasil entre 1871 e 1938, com subcategorias em corpo docente e matrículas de alunos, frequência e conclusão de curso:

⁸ Para saber mais: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122537>

3. ENSINO PRIMÁRIO GERAL (SÍNTESE) — 1871/1938

ANOS	Unidades escolares	CORPO DOCENTE			MATRÍCULA GERAL			FREQUÊNCIA MÉDIA			CONCLUSÕES DE CURSO		
		Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino
1871.....	4.096	138.232
1872.....	4.552	139.321
1873.....	5.293	164.171
1874.....	5.483	172.547
1875.....	5.601	172.602
1876.....	3.997	134.422
1882.....	6.395	209.374
1883.....	6.958	221.950
1884.....	6.923	232.598
1888/89...	8.157	258.802
1907.....	12.448	15.586	6.082	9.504	638.378	355.150	283.228	447.614	244.073	203.541	22.399	12.628	9.771
1920.....	21.789	1.250.729	(1) 678.029	(1) 571.420	854.895	(2) 458.708	(2) 395.317
1927.....	23.826	1.783.671	957.608	825.965	1.332.550	668.903	663.647
1928.....	29.430	47.392	12.371	35.021	2.032.181	1.124.834	927.347	1.377.400	743.307	634.093
1929.....	32.283	50.404	12.818	37.586	2.057.616	1.133.292	924.324	1.602.141	878.899	723.242
1930.....	33.049	53.110	12.768	40.342	2.084.954	1.136.394	948.560	1.627.882	891.143	736.739
1931.....	28.550	54.337	13.696	40.641	2.020.931	1.079.988	940.943	1.564.522	826.953	737.569	122.458	61.044	61.414
1932.....	27.602	56.320	10.201	46.119	2.071.437	1.097.892	983.545	1.422.631	745.638	676.993	121.379	69.947	61.432
1933.....	29.553	57.645	9.128	48.517	2.221.904	1.156.668	1.065.236	1.411.595	730.137	681.458	139.598	67.606	71.990
1934.....	30.733	60.136	9.561	50.622	2.408.446	1.263.843	1.144.603	1.602.837	831.936	770.902	148.493	73.904	74.589
1935.....	33.251	65.708	9.497	56.211	2.574.751	1.336.795	1.237.956	1.744.414	897.478	846.936	154.581	75.368	79.213
1936.....	35.561	68.896	9.708	59.188	2.749.090	1.430.225	1.318.865	1.850.842	953.697	897.145	172.514	87.591	84.923
1937.....	38.829	74.527	10.320	64.207	2.910.441	1.514.686	1.395.755	1.983.048	1.027.633	955.415	203.345	102.224	101.121
1938.....	39.650	77.138	10.062	67.126	3.109.784	1.597.800	1.511.984	2.072.562	1.061.905	1.010.657	221.171	109.104	112.067

FONTE — “Estatística da Instrução” e “Relatório”, ano de 1922, ambos da Diretoria Geral de Estatística; “Anuário Estatístico do Brasil”, anos III, IV e V.

Imagem 3: “Estatística da Instrução” e “Relatório”, ano de 1922, ambos da Diretoria Geral de Estatística; “Anuário Estatística do Brasil”, anos III, IV e V.

Fonte: IBGE, Repertório Estatístico do Brasil – Quadros retrospectivos, Nº 1, p.107, 1941.

De acordo o IBGE (1941), em 1907, havia um número de docentes do sexo feminino superior ao masculino em 30%. Quase 20 anos depois, 1928, essa estatística é aceleradamente maior, chegando as mulheres perfazem um total de 35.021, ou seja, o triplo de número de professores do sexo masculino. Esses quantitativos em 1938 chegam a ser quíntuplos, quando de 10.062 homens para um número de 67.126 mulheres.

No que tange à matrícula de alunos, considerando o mesmo período (1907), de um total de 638.378 estudantes, 355.150 meninos e 283.228 meninas. Em 1928, de 2.032.181, 1.124,834 meninos e 927.347 meninas. 10 anos mais tarde (1938), 1.597.800 meninos e 1.511.934 meninas. Assim, o contraste de gênero ao que se refere à estudantes, foi decrescente.

Conferindo as especificidades para o cargo do magistério no ano de 1925, SANTANA (2011) registra algumas determinações para a Escola Elementar e Escola Complementar, lançando a observação, quando as escolas assim são concebidas:

ELEMENTAR DO SEXO FEMININO – Regidas por senhoras, ELEMENTAR DO SEXO MASCULINO – Preferentemente regida por senhoras, COMPLEMENTAR DO SEXO FEMININO – Regida indistintamente por professor ou professora e COMPLEMENTAR DO SEXO MASCULINO – Regida indistintamente por professor ou professora. (SANTANA, 2011, p. 110).

Devido a diversos fatores, ora citados, no decorrer do regime republicano houve uma notável ampliação do acesso à instrução pela população feminina, ao passo que o mercado de trabalho também tornava-se mais acessível. No entanto, apresenta um caráter elitista e excludente, como expõe DIAS (2011):

Durante todo o período republicano, do início ao final do século XX, não se alterou essencialmente a característica elitista e excludente dos sistemas escolares brasileiro e baiano, pois sempre foram pouquíssimas as escolas primárias e secundárias. Estas nunca atenderam, nem quantitativamente, nem qualitativamente, às demandas da grande maioria da população infante-juvenil em idade escolar, além de sempre privilegiarem uma pequena parcela desta população, de maior poder econômico, pertencente às classes sociais detentoras do poder político estatal, ou identificada por certos traços étnico-raciais ou de gênero. (DIAS, 2011, p. 2).

Porém no interior baiano, encontramos uma distorção quanto ao ensino para o público feminino, onde há visibilidade quanto à Educação Matemática em 1939. Contudo, a empregabilidade/prosseguimento dos decretos, leis e regulamentos estabelecidos para o Ensino Primário na Bahia neste período, é talvez, interpretado/apreendido/colocado em prática, pois a partir da análise das avaliações finais do 4º ano do Ensino Primário, aspectos/conteúdos que deveriam ser prioridade para o ensino do sexo masculino, citando, a exemplo, a Aritmética e o Desenho Geométrico são observados no ensino feminino.

Na provas de Aritmética, há enunciados de adição com frações, o cálculo de Múltiplo Divisor Comum, problemas com juros simples e juros compostos, atividade de proporção/análise combinatória, utilizando o sistema métrico, divisões com 2 algarismos, conversão de sistema métrico e monetário.

Em Geometria, é possível a verificação do aprendizado em Polígonos, especialmente o quadrilátero, classificação (simples e paralelogramo simples), retângulo, quadrado, losango e trapézio (simples, retângulo e simétrico).

Nas fontes documentais para o estudo da Educação do século XX na Bahia, em especial para Educação Matemática, um acervo que possui como componente avaliações finais do Curso Primário de uma Escola Estadual do Sexo feminino no ano de 1939, curso noturno. É possível identificar atividades de Provas Práticas como História do Brasil, Língua Vernácula, Língua Vernácula com exercício ambidestro, Português – ditado, História Natural (atual Ciências), Trabalhos Manuais, Aritmética e Geometria. Todas com uma caligrafia altamente legível e bem delicada, assim como os padrões de texto (havia a exigência de escrever o “ABC” – o alfabeto maiúsculo e minúsculo - ao final das avaliações, determinar o alinhamento de parágrafos, evitar rasuras) e desenhos/pinturas manuais (ilustrativos, informativos e decorativos).

Por intermédio dessas avaliações, a possibilidade de conhecimento e compreensão do Curso Primário Baiano no período em questão, se faz viável, pois a cultura e o currículo escolar estão dispostos nos diversos dispositivos de sua representação como a letra (formato e precisão), a elaboração de textos (segundo normativas dissertativas), paragrafação, o “conteúdo” ou pontos abordados, por parte do aluno. Não haviam livros. As provas eram escritas ou “copiados do quadro” em papéis denominados pautados (uma folha larga, dobrada ao meio, com linhas e margens já traçadas). A perfeição era um motivo de cobrança assíduo, marcadamente que, ao se comparar a redação de um exercício de *ambidestria* (escrita com as duas mãos), não se identifica rapidamente o que foi realizado pelo membro destro.

Registros assim compõem uma análise da transição de menina à mulher onde, no século XX, o gênero se caracterizava como um grupo mais organizado que almejava sua emancipação, não contentando-se com o exercício do magistério, mas ampliando seu campo de atuação junto à política - com a inserção do voto feminino à Constituição - ao comércio, às repartições de saúde e produção industrial.

O século XX já inicia com uma movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam alto pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e indústrias.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Mediante análise, concluímos que a educação de/para mulheres no Brasil e, em especial na Bahia, transpôs os ditames de sua organização ou ordenação por parte de seus encarregados, sejam à princípio, a família, seja mais tardiamente, a escola, representando uma emancipação da mulher, com vias à conquista e equiparação à igualdade de gênero quanto à escolarização, ocupação e participação social e pública, à formação profissional, à integração na política. Todavia, o crescente aumento no número de matrícula do público feminino no Curso Primário, bem como na formação em magistério, em quase nada acresce à atenção dispensada pelos administradores educacionais, legisladores e governo quanto à questão do gênero, pois muitas destas determinações legais ou societárias foram proferidas tendo como plano ao fundo, as intenções e novos padrões de organização e comportamento sociais, políticos e econômicos.

Assim, essa pesquisa teve por intuito uma investigação sobre a História da Educação, pressupostos para análise e parâmetros comparativos para instituição da escola - estrutura e funcionamento –, questões de gênero, poder, formação e participação da mulher na Bahia Império-República (1827-1939), a partir das Constituições Brasileira e Baiana, uma História da Educação na Bahia, do Ensino de Matemática, destacando a Aritmética e Geometria, e Educação Feminina no Curso Primário.

REFERENCIAS

- ALMEIDA, Jane Soares. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006 – Coleção Educação Contemporânea
- ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. **Magistério primário e cotidiano escolar: polêmicas do nosso tempo**. Campinas – SP: Editora Autores Associados, 1966.
- BAHIA. **Falla, mensagem e relatórios, 1914**. SEABRA, J.J. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104676>
- BAHIA. Leis e resoluções do estado da Bahia no ano de 1904 e decretos do poder executivo do mesmo ano, Bahia, oficinas do diário da Bahia, Praça Castro Alves, 1906.

- _____. **Lei nº 117, de 24 de Agosto de 1895.** LIMA, Joaquim Manuel Rodrigues; Mello, Antônio Pedro de. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122520>
- _____. **Lei nº 1293 de 09 de novembro de 1918.** ARAGÃO, Antônio Ferrão Muniz de; ARAGÃO, Gonçalo Muniz Soares de. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122537>
- BRASIL. **Decretos do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil.** Décimo primeiro fascículo, de 1 a 30 de novembro de 1890, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1891.
- BRASIL. **Lei 15 de outubro de 1827.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm
- BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade:** reestruturação da Ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- CARVALHO, Célia Maria Rey de. **Histórias de vida: a profissão de professor em uma família de imigrantes.** São Paulo: Arte & Ciência, 2002.
- CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. **O projeto republicano de educação nacional na versão de José Veríssimo.** São Paulo: Annablume; Curitiba, 2003.
- DIAS, André Luís Mattedi. **Uma história da educação matemática na Bahia. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011**
- GOUVEA, Maria Cristina Soares de; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. **Condições de instrução da infância:** entre a universalização e a desigualdade. IN:
- ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Orgs). **Escola primária na Primeira República (1888-1930):** subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.
- IBGE. “Estatística da Instrução” e “Relatório”, ano de 1922, ambos da Diretoria Geral de Estatística; “Anuário Estatística do Brasil”, anos III, IV e V. Repertório Estatístico do Brasil – Quadros retrospectivos, Nº 1, p.107, 1941.
- LOURO, G. L. **Mulheres na sala de aula.** In: PRIORE, D. M. **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **História da educação popular no Brasil:** educação popular e educação de adultos. Edições Loyola, São Paulo, 2003.
- Revista do Ensino Primário. Lhito-typographia de J. G. Tourinho. Salvador, Bahia, 1892-1893, Números de 1 a 12.
- ROCHA, Lúcia Maria da Franca. **A educação primária no estado da Bahia (1889-1930).** IN: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Orgs). **Escola primária na Primeira República (1888-1930):** subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.
- SANTANA, Elizabete Conceição, et al. **A construção da escola primária na Bahia –** guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos – 1890-1930. Salvador: EDUFBA, 2011.
- SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República.** *Rev. bras. Hist.* vol.19 n.37, p. 59-84. São Paulo Sept. 1999.

- SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos. Pesquisa e historiografia da educação brasileira. **Coleção Memória da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- SKOVSMOSE, Ole. **Desafios da reflexão em educação matemática crítica**. Tradução: Orlando de Andrade Figueiredo, Jonei Cerqueira Barbosa. Campinas, SP: Papyrus, 2008.
- SOUZA, Maria Celeste R. F. de; FONSECA, Maria da Conceição F.R. **Relações de gênero, educação matemática e discurso**. Enunciados sobre mulheres, homens e matemática. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- SILVA, Edilene Lima da. **Educação feminina no ensino secundário piauiense: da escolarização à profissionalização (1960-1982)**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí – UFPI, Terezina, PI, 2012
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações. **Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2006.
- ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

Submetido: Novembro, 2014

Aceito: Fevereiro, 2015